A INVENÇÃO DA RAÇA E O PODER DISCRICIONÁRIO DOS ESTEREÓTIPOS[1]

GIRALDA SEYFERTH
Museu Nacional, UFRJ

I

"Raça" é um termo de múltiplos conteúdos que vão, em contínuo, da ciência à ideologia, sempre que está em jogo a diversidade da espécie *Homo sapiens*. Produzidas por cientistas ou imaginadas pelo senso comum, as taxonomias raciais têm alto grau de arbítrio, pois implicam em seleção ou escolha das características que servem de base para a construção de esquemas classificatórios. No caso da humanidade, a ausência de critérios precisos de classificação fez com que a Antropologia[2] produzisse inúmeras taxonomias, apesar da tendência ao reconhecimento de quatro ou cinco grandes "troncos", geograficamente circunscritos e relacionados à variação da cor da

---

1. Comunicação apresentada na mesa redonda "Racismo e Identidade Social", 45ª Reunião Anual da SBPC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 11 a 16-7-93.
2. No século XIX, a Antropologia foi definida como o ramo da História Natural que trata do homem e das raças humanas, tendo por objetivo descobrir as características permanentes que permitissem distingui-las enquanto "tipos" biológicos. Este interesse da disciplina que, mais tarde, seria chamada de Antropologia Física, pode ser observado nos manuais de teoria e método editados na segunda metade do século XIX, como o de Topinard (1879), por exemplo, dividido em duas partes — a primeira dedicada ao estudo do homem considerado como grupo zoológico, e a segunda consagrada às raças humanas enquanto subdivisões deste grupo. No manual estão incluídas as técnicas de medição do corpo humano e as características fenotípicas apontadas como relevantes para as classificações raciais. O interesse maior pelas tipologias raciais diminuiu consideravelmente a partir da década de 1930.

Anuário Antropológico/93
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

pele. Aliás, as primeiras classificações sistemáticas tomaram por base estes dois critérios, como a de Cuvier, que dividiu a humanidade em três subespécies — caucasiana, etiópica e mongólica — e depois as subdividiu por critérios mistos, físicos e culturais. Antes dele, em 1758, Lineu identificou seis tipos raciais — americano, europeu, asiático e africano, além do *Homo ferus* (selvagem) e *Homo monstruosus* (anormal); e Blumenbach, em 1806, estabeleceu cinco raças — caucásica, mongólica, etiópica, americana e malaia. Estas primeiras classificações não colocaram em dúvida a unidade da espécie humana, porém trabalhos como os de Cuvier abriram caminho para as teorias deterministas que buscaram nas "leis da natureza" a explicação para as diferenças físicas e culturais[3].

A cor da pele foi a característica classificatória que se impôs, tanto nas taxonomias científicas como nas concepções mais populares sobre as raças humanas. A cor e a forma dos cabelos e dos olhos, a estatura, diversos índices cranianos e faciais, o peso e o volume do cérebro, entre outros traços fenotípicos, também serviram às distinções raciais realizadas desde o século XIX; o desenvolvimento das técnicas de medição e do conhecimento anatômico mudaram, progressivamente, os critérios classificatórios[4]. O avanço da genética permitiu a introdução de outras variáveis — como a

---

3. Cuvier "inventou" o conceito de tipo biológico como base para classificações — considerando gêneros, espécies, raças, como unidades estáveis. Sua tipologia de raças humanas invoca uma hierarquia com os negros na base e os brancos no topo, e pressupõe que as diferenças mentais e culturais são produzidas pelas diferenças físicas. As doutrinas raciais posteriores, com o aparato da ciência antropológica, transformou esses dois pressupostos em dogma, no qual o termo "diferença" passou a significar "desigualdade".
4. A confusão entre raça e fenótipo afetou um bom número de classificações raciais, apesar de ser mais comum nos meios populares; por outro lado, a combinação de traços, amostragens e medições levou a uma multiplicidade tipológica quase absurda — classificações que podiam incluir desde 3 até mais de 300 raças. Montagu (1945) chamou este excesso tipológico de "omelete racial", à qual os antropólogos físicos chegaram através da média de características. Omelete porque o produto final tem caráter uniforme apesar da heterogeneidade dos ingredientes usados; um produto que não corresponde a nada na natureza. Ao longo da sua história, a Antropologia Física elaborou, descartou, reelaborou e codificou centenas de medidas para o corpo humano, visando à análise morfológica da humanidade. Mas isto não levou, necessariamente, a pressupostos deterministas e às hierarquias raciais características de autores racistas, ainda que alguns notáveis da disciplina, como Paul Broca, por exemplo, tivessem compartilhado das idéias de desigualdade racial vigentes na sua época. Sobre o uso racista das tipologias, ver Banton (1977), Gould (1981), Fresco (1981).

freqüência dos grupos sanguíneos ABO. O privilegiamento de uma ou outra característica foi responsável pela variação encontrada nas inúmeras tipologias raciais.

Mas, se existe alguma arbitrariedade nas escolhas que produziram as classificações dos cientistas, isto não invalida a noção de raça como instrumento da ciência — sobretudo da Antropologia Física. Na década de 1960, antropológos como Janusch (1966) afirmavam que qualquer consideração sobre a evolução do homem contemporâneo deve incluir uma discussão sobre raça. A Antropologia Biológica e a Genética, atualmente, preferem trabalhar com o conceito de população, afastando-se das velhas classificações fenotípicas que também serviram ao discurso racista; contudo, utilizando ou não o termo raça, a diversidade da espécie humana é reconhecida como fato biológico. A lição sociológica a deduzir é simples: a substituição da palavra raça por população (ou qualquer outra, como "variedade") não produz alteração nas ideologias comprometidas com a idéia de desigualdade. As várias declarações sobre raça publicadas pela UNESCO desde 1950 condenaram, explicitamente, a manipulação ideológica do conceito, fazendo sempre a distinção entre raça como fato biológico e os mitos raciais produzidos pelo racismo. As Declarações de 1950, 1952 e 1964 acentuam que a finalidade dos estudos científicos acerca das raças humanas visam facilitar a análise dos fenômenos evolutivos; elas existem, de fato; o racismo é que não tem qualquer respaldo da ciência.

Tanto no passado como hoje, as doutrinas que afirmam a desigualdade da espécie *Homo sapiens*[5] pretendem ter descoberto os determinantes biológicos dos fenômenos sociais e culturais. Assim, os antropossociólogos do

---

5. O racismo resultou de uma sobreposição da ideologia (de superioridade da raça branca) à ciência, no contexto do expansionismo europeu, da luta de classes, da revolução de 1848, da emergência do socialismo, da cristalização dos nacionalismos etc. Os pressupostos da desigualdade biológica com referência à humanidade, portanto, não abrangiam apenas as chamadas "raças inferiores" (os não brancos), mas também as "classes inferiores", o "sexo inferior", os "grupos étnicos inferiores" etc. Afinal, para muitas doutrinas racistas, os europeus verdadeiramente superiores eram homens da classe dominante (aristocracia e burguesia); as mulheres, as classes trabalhadoras (camponeses, operários etc.), os pobres em geral, os ciganos, os judeus e muitos outros penavam no inferno da inferioridade biológica e da dominação legítima. É bom lembrar, porém, que nem o etnocentrismo, nem o racismo, são produtos exclusivos do século XIX; mas foi nele que ganharam o respaldo das ciências.

passado impuseram como "ciência" uma ditadura do índice cefálico, condenando os braquicéfalos à inferioridade perpétua; de modo similar, os sociobiólogos de hoje impuseram a ditadura dos genes. O vocabulário supostamente científico destes últimos não inclui o termo raça, talvez nem mesmo a palavra desigualdade, mas sugere que os comportamentos sociais e a cultura são geneticamente determinados, abrindo espaço para um discurso de tipo racista que também afirma o primado dos fatos biológicos sobre os fatos culturais. Mudam os critérios e o discurso, mas a ideologia da desigualdade se mantém imutável[6].

Conceitos de raça e racismo são, pois, coisas distintas, embora este último tenha sido inventado no século XIX no âmbito de uma "ciência das raças" produzida por antropólogos, psicólogos, sociólogos, ensaistas, filósofos etc., cujo dogma afirmava a desigualdade das raças humanas e a superioridade absoluta da raça branca sobre todas as outras. Racismo é palavra surgida na década de 1930, segundo Banton (1977), para identificar um tipo de doutrina que, em essência, afirma que a raça determina a cultura. As crenças que levaram à afirmação da superioridade dos brancos e da determinação biológica da capacidade civilizadora, estão profundamente arraigadas no pensamento ocidental, por mais que a ciência do século XX tenha procurado destruí-las. Seu peso nas ideologias nacionalistas dos mais diveros matizes, e mesmo em muitas ideologias de classe, é incontestável e, por isso mesmo, as características raciais continuam produzindo significados sociais.

6. A Sociobiologia pretende ter descoberto uma teoria acerca da evolução do comportamento humano baseada nas noções de altruísmo, aptidão e seleção de parentes. Segundo esta teoria, as pressões seletivas são geradas pela competição intra-específica entre organismos que procuram maximizar sua representação genética na geração seguinte. Apresentada como paradigma, afirma que o comportamento humano é determinado pelos genes, e os antropólogos que assumiram tal teoria procuram mostrar tal maximização através do estudo do parentesco ou do comportamento etnocêntrico dos grupos étnicos, por exemplo. Para uma avaliação positiva da Sociobiologia, ver Barkov (1978), que afirma o caráter paradigmático da teoria para defender a insuficiência de dados comprobatórios do reducionismo biológico; Sahlins (1977), por sua vez, aponta para o caráter determinista e ideológico da Sociobiologia e suas pretensões de domínio sobre as ciências humanas e sociais.

II

Como "doutrina orgânica da história" (conforme Arendt 1976), o racismo chegou ao Brasil, na condição de ciência, nas últimas décadas do século passado; e o pressuposto determinista contido na idéia de raça aqui divulgada foi aceito pelos homens de ciência e incorporado ao discurso político. Também neste nosso país tropical se manifestou a "vocação prática" do racismo para planejar a nação: um Brasil moderno, branqueado através do amplo incentivo à imigração européia.

Ideologias racistas como o darwinismo social, a antropossociologia (com sua ditadura do índice cefálico), a eugenia (enquanto proposta de "higiene das raças"), a antropologia criminal de Lombroso e Ferri, o rigor numérico da craniologia de Broca, dando respaldo antropológico às hierarquias raciais, até a década de 1920 tinham, para muitos, o estatuto de "ciências" e foram desse modo apropriadas por vários pensadores e cientistas brasileiros. A idéia de raça no Brasil foi, contudo, uma invenção peculiar, inspirada nos vários determinismos raciais europeus e norte-americanos e na presunção da superioridade da civilização ocidental moderna. A mestiçagem e seus efeitos constituiu o tema central da interpretação orgânica da história do Brasil e das especulações acerca do futuro da nação.

A questão racial começou a fazer parte do discurso dos sábios e políticos, de forma mais sistemática, a partir de meados do século XIX — 1850 data não só o fim do tráfico negreiro como a formulação de uma política imigratória mais consistente, implícita na Lei 601, a Lei de Terras. Abolição e imigração são dois temas discutidos juntos — a escravidão condenada como impecílio ao desenvolvimento econômico e à imigração, e, por conseguinte, à civilização. Neste discurso, os negros e mestiços representam as raças inferiores que dificultam a construção de uma nação moderna — indivíduos incapazes de competir livremente no mercado de trabalho[7].

A tese que se desenha no final do século XIX é a da possibilidade do branqueamento da raça através da miscigenação seletiva e da imigração européia. Neste processo, a população mestiça progressivamente chegaria a

---

7. Diversos autores trataram a discussão sobre raça e miscigenação no contexto do pensamento social brasileiro. Ver, entre outros, Ramos (1947), Skidmore (1976), Azevedo (1987), Schwarcz (1987, 1992), Seyferth (1985, 1991).

um fenótipo branco — com a seleção natural/social encarregada de eliminar as "raças inferiores". O processo seletivo imaginado por autores como Silvio Romero (em 1888), J.B. de Lacerda (em 1911), Oliveira Vianna (em 1920 e 1922), por exemplo, é aquele formulado pelos darwinistas sociais, em especial pela antropossociologia de Lapouge, e por Paul Broca. O conceito chave do darwinismo social é o da "sobrevivência dos mais aptos" (criado por Herbert Spencer a partir de Darwin): pressupunha que o progresso requer competição entre indivíduos, classes, nações e raças — e a seleção natural, no caso da humanidade, consiste nesta "luta pela vida", na qual sucumbem raças inferiores e brancos inferiores. Nessa doutrina do progresso através da luta temos a aplicação radical de conceitos biológicos às ciências sociais, segundo Banton (1977).

A metáfora de Spencer incorpora a idéia de seleção natural darwinista, mas faz isto num esquema de evolução lamarckiano, num contexto em que a palavra adaptação, usada por Lamarck, se transforma em aptidão (individual). Para a maioria dos darwinistas sociais, a aptidão para o progresso e para a sobrevivência não era só individual, mas também racial, fato que colocava as "raças inferiores" sob domínio das elites brancas da Europa. Broca, por outro lado, falava em "seleção social" para mostrar que nas sociedades humanas a seleção natural é completada ou até substituída pelas normas sociais do mérito e do sucesso.

A idéia de seleção social é mais radical em Lapouge, que, de forma similar aos próceres da Eugenia (principalmente Galton e Pierson), propunha o controle absoluto da fertilidade variada para evitar que proliferassem os indivíduos inferiores — em classe social ou em raça. Na prática, estavam propondo uma política de limpeza étnica, racial e social que mais tarde seria promovida pelos nazistas.

Obviamente, todos estes "teóricos" do racismo, além de Gobineau, Chamberlain e outros ensaistas que viram na raça o fator preponderante da História, condenavam a mestiçagem e falavam de pureza racial. Mas, paradoxalmente, os darwinistas sociais acreditavam que, através da operação da seleção natural, podiam ser criadas raças puras apesar da diversidade (baseando-se na convicção da superioridade branca); e o principal inventor do mito ariano de conteúdo racial, Gobineau (1853), afirmava que a dosagem certa de mistura de arianos com povos inferiores teria sido fundamental para desencadear os processos civilizatórios, embora a mestiçagem descontrolada fosse causa principal da decadência das civilizações. Estas contradições, na

realidade, serviram muito mais às formulações racistas brasileiras do que o dogma da degenerescência da mestiçagem e da superioridade racial dos brancos europeus[8].

A aceitação da tese do branqueamento implicou no apoio a uma política imigratória visando introduzir no Brasil apenas imigrantes brancos. O efeito prático esperado era a assimilação cultural e física desses elementos, sendo freqüentes nos discursos os termos "caldeamento", "mistura", "fusão" e "miscigenageção"; e sua incorporação total a uma nação brasileira ideal, configurada como ocidental, de civilização latina e população de aparência branca. Acreditando nesta possibilidade, Silvio Romero (1906), por exemplo, condenou a imigração alemã, principalmente a concentração de alemães em colônias no sul do brasil, por resistirem à assimilação, ao casamento inter-étnico e ao uso da língua portuguesa. A exclusão dos alemães, que, no Império, foram considerados os imigrantes ideais para o sistema de colonização com pequenas propriedades, ocorreu porque nossos teóricos do branqueamento incorreram num paradoxo, conforme mostrei em outra ocasião (Seyferth 1991): conceberam a "formação (étnica) brasileira" desde a época colonial como resultado de um amplo processo de caldeamento de raças consideradas inferiores, bárbaras e selvagens (negros e índios), ou brancos produzidos por mestiçagem (portugueses); os imigrantes europeus serviriam, entre muitas outras coisas, para branquear essa população mestiça que, mesmo concebida como inferior em raça e cultura, tinha a missão de abrasileirá-los. Dito em outras palavras, o ideário do branqueamento afirmava a inferioridade irremediável de grande parte da população nacional (negros, índios e mestiços de todos os matizes), mas imaginava que esta mesma população poderia transformar em brasileiros/latinos todos aqueles brancos "superiores" encarregados de fazê-la "desaparecer" fenotipicamente. Nesta

8. Na verdade, o principal dogma do racismo afirma que as raças humanas são desiguais, os brancos são superiores, e toda a mestiçagem resulta em degenerescencia. O processo evolutivo, associado à idéia de progresso, é pensado como "luta de raças", na qual os "inferiores" são "naturalmente" dominados. O dogma racista condena todos os mestiços à extinção progressiva, criando, assim, uma dificuldade quase incontornável para a ciência das raças à brasileira, defrontada com uma enorme variedade de mestiços de todos os matizes. Mas, assim como Gobineau conseguiu imaginar algum tipo de mestiçagem criativa, nossos pensadores inventaram o branqueamento, dando alguma chance a uns poucos eleitos como "mestiços superiores". Ideologias nem sempre precisam de coerência para serem assumidas como "verdades".

lógica, foram condenadas as imigrações asiáticas e negras pelo que poderiam representar de atraso ou comprometimento do processo de branqueamento.

A invenção de uma futura raça brasileira aparentemente branca, portanto, partiu de uma concepção peculiar acerca dos efeitos da mestiçagem, baseada na idéia de seleção social tal como concebida por Lapouge e pelos eugenistas. A questão do preconceito, pois, surge inevitavelmente na maioria dos textos de autores afinados com estas teorias, também de forma paradoxal. Afirmam que no Brasil não existem preconceitos contra as raças chamadas "inferiores" — como se o pressuposto de inferioridade/desigualdade não fosse ele próprio preconceituoso. Tal ausência, interpretada como herança lusitana, teria como efeito principal facilitar o processo de miscigenação. Ao mesmo tempo, tendo por parâmetro as idéias de seleção natural e seleção sexual, o preconceito também foi interpretado como uma espécie de mecanismo seletivo que empurra os mestiços no sentido da escolha de cônjuges mais claros. Nada mais contraditório, pois se o preconceito racial não existe, como poderia ser coadjuvante no processo progressivo de arianização?!

As doutrinas raciais deterministas poucas vezes foram acompanhadas com rigor, a não ser, talvez, por Nina Rodrigues, que, na condição de cientista, não acreditava na possibilidade do "branqueamento" de uma população que julgava, na sua quase totalidade, inferior (salvaram-se os brancos e uns poucos "mestiços superiores")[9]. A concepção de branqueamento tinha como pressupostos a crença na desigualdade das raças, na superioridade dos brancos, na inferioridade de negros e amarelos em geral, na incapacidade de negros e índios se tornarem civilizados e, sobretudo, na inferioridade da grande maioria dos mestiços. Nossos cientistas discrepam dos europeus apenas ao conceber um tipo mestiço superior — justamente o que "se branqueia". E aí está o ponto principal desta ideologia: afirma que certos mesti-

---

9. Entre os autores brasileiros, Nina Rodrigues era o mais pessimista em relação aos efeitos da mestiçagem e não acreditava nas possibilidades do branqueamento: criticando Silvio Romero, afirmou que a mestiçagem não deixaria o país mais branco, sendo principalmente um fator de inferioridade tão problemático quanto a presença do negro. Assim, embora hierarquize os mestiços, considera o "mestiçamento descontrolado, sem rigor antropológico", o principal obstáculo ao progresso, podendo condenar o Brasil ao "barbarismo centro-americano". Cf. Rodrigues 1938, 1977.

ços são melhores que a massa de trabalhadores nacionais destinada ao desaparecimento progressivo por sua inata incapacidade de adaptação a uma nação civilizada, vítima irremediável da "inexorável" seleção natural/social. O postulado de uma política intensa de incentivo à imigração branca, portanto, está relacionado a esta crença acerca dos efeitos mortais da "civilização" sobre os povos considerados racialmente inferiores.

O postulado adicional, que aparece como exemplo da possibilidade do branqueamento, refere-se ao elemento português da mistura: considera o tipo lusitano como um branco produto de bem sucedida mistura de raças ocorrida na Península Ibérica. A concepção mais delirante é a de Oliveira Vianna e seus bandeirantes dólico-loucos que partiram do planalto paulista para civilizar o Brasil: a nação estava salva graças a uma elite sulista branca, descendente de lusitanos eugênicos, no máximo um pouco misturada com exemplares bem constituídos da elite indígena! Enfim, se o português é um produto branco de mestiçagem bem sucedida, inclusive com mouros (no sentido dado por Gobineau), serve como fato para considerar viável a hipótese de formação de um tipo histórico-racial brasileiro bem definido, num futuro preferencialmente não muito remoto — eis aí o tema mais freqüente no discurso dos nossos teorizadores da raça. Obviamente existe um pressuposto político nessa concepção, que só Oliveira Vianna ousou expor com clareza: ela serve de justificativa para o domínio político de uma elite branca; a raça transformada em instrumento explicativo da história, e a estratificação social imaginada como resultado de diferenças raciais[10].

III

Independentemente das pequenas variações interpretativas, os brasileiros que falaram em nome da "ciência das raças" tinham outra coisa em comum: suas concepções estavam muito próximas das concepções populares acerca da raça e da mestiçagem e todos usaram e abusaram dos estereóti-

10. Este é um dos pontos fundamentais das concepções racistas (ver nota 5) e envolve pressupostos eugenistas; de forma escamoteada, serve ao argumento da sujeição do povo a seus líderes, na versão fascista do racismo.

pos[11] mais comuns para dar respaldo "científico" à tese do branqueamento. Um exemplo significativo é a memória de J.B. de Lacerda, supostamente o sábio que detinha o conhecimento da então ciência das raças por excelência, a Antropologia, concebida como disciplina da História Natural. Ao escrever *Sur les Métis au Brésil*, em 1911, ele não acompanhou os métodos e técnicas preconizadas pela Société d'Anthropologie de Paris e seu fundador, Broca, amplamente conhecidos no Museu Nacional, onde exercia o cargo de diretor. Conforme análise realizada por Gould (1981), Broca, o ordenador da antropometria, inventor das categorias intermediárias e de toda uma parafernália de instrumentos de medição, partiu do princípio de que as raças humanas podiam ser hierarquizadas em uma escala linear de valor intelectual, e comprovava sua hipótese com características morfológicas e medidas selecionadas objetivamente para confirmar a existência da hierarquia. Tudo era uma questão de amostragem; preservava-se o rigor estatístico e os índices não precisavam ser falsificados — eram exatíssimos, adequados para provar a hipótese inicial. Segundo Gould, qualquer cientista convencido da inferioridade de um grupo humano pode selecionar um pequeno conjunto de medições para ilustrar sua maior ou menor afinidade com os antropóides e estabelecer uma hierarquia do macaco ao homem branco (os extremos inferior e superior da escala).

Hoje um autor como Broca pode ser rotulado como "racista" por pressupor tal hierarquia; na segunda metade do século XIX destacou-se como anatomista e antropólogo, com importante contribuição à morfologia do cérebro e como renovador de métodos e técnicas que influenciaram decisivamente o desenvolvimento da Antropologia Física. Como outros

11. Existem muitas definições para o termo "estereótipo" nas Ciências Sociais, mas quase todas afirmam que designa convicções ou opiniões preconcebidas acerca de indivíduos ou grupos, e seus elementos mais óbvios são a simplificação e a contradição. Trata-se, pois, de "cognição seletiva" (segundo Preiswerk & Perrot 1975), que implica em escolha limitada de características (físicas, mentais e de comportamento) e omissões — que qualificam ou desqualificam grupos e indivíduos. De acordo com Epstein (1978: 14) "os estereótipos servem para reforçar a nossa percepção dos outros, mas por sua própria natureza eles também implicam numa definição de nós mesmos", contendo, implicitamente, uma avaliação em dois sentidos. Em grande parte, podem constituir uma avaliação negativa e reforçar, assim, identidades étnicas negativas.

sábios, estava afinado com uma das idéias mais aceitas da sua época: a da superioridade da raça branca e da civilização européia[12].

Na maioria dos seus trabalhos, Lacerda seguiu o rigor metodológico da Antropologia, especialmente o de Broca; a exceção é justamente a memória sobre os mestiços e seu desdobramento — a Réplica à Crítica da Memória, de 1912. Nestes dois textos, a ausência de critérios estatísticos precisos, tão caros à Antropologia da época, talvez tenha relação com o fato de Lacerda ter ido ao Congresso das Raças reunido em Londres em 1911 como representante do governo brasileiro (dado o caráter nitidamente político do evento) a fim de apresentar a tese do branqueamento como solução brasileira para a questão racial (Seyferth 1985). Assim, Lacerda não usa índices antropológicos, nem faz comparações estatísticas para afirmar a inferioridade dos negros e a inferioridade relativa dos mestiços ao supor que estes não possuem todas as qualidades das "raças mais fortes do tronco ariano". E o postulado de que o negro pode chegar ao branco em três gerações é ilustrado com a reprodução de um quadro pertencente ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Não é por acaso que o quadro em questão, pintado por Modesto Brocos em 1895, tem a significativa denominação de "Redenção de Cam" — redenção, pelo branqueamento, do neto de uma negra ex-escrava. O caráter ideológico, emblemático, desta pintura foi por mim assinalado em outro texto[13] e remete às teorias sobre a diversidade humana articuladas com o livro bíblico do Gênesis que consideraram os negros descendentes de Cam, o filho de Noé amaldiçoado por Deus. Neste caso, a maldição bíblica é transformada em maldição de cor da pele — e a possibilidade de branqueamento em três gerações, eternizada na pintura, redime a negra no fenótipo ariano do seu descendente!

O processo de branqueamento é chamado de "redução étnica" e Lacerda não tem qualquer dúvida sobre o seu sucesso, apesar da sua preo-

---

12. O julgamento de cientistas como Broca no contexto atual da ciência certamente faz prevalecer o caráter ideológico implícito no rótulo de "racista". Mas o contexto histórico no qual produziu sua ciência não pode ser ignorado e o entendimento da sua posição enquanto cientista depende deste reconhecimento. Broca deu contribuição efetiva ao avanço do conhecimento nas áreas de Anatomia e Antropologia Física, o que não ocorreu com outros "racistas" mais notórios, que foram *apenas* racistas, como Lapouge e Chamberlain, entre outros.

13. Ver Seyferth 1985. A importância do quadro de Brocos no contexto da elaboração da tese do branqueamento também foi assinalada por Schwarcz 1992 e Guimaraens 1993.

cupação com a "influência atávica" de alguns traços negróides — meros acidentes do percurso de 100 anos que julgava necessário para transformar o Brasil numa nação predominantemente branca. Afinal, enquanto ideologia, o branqueamento não precisava da demonstração sistemática oferecida pela ciência da época; bastavam os estereótipos e as concepções mais populares ligadas à idéia de herança de sangue. Neste caso, mesmo um cientista podia falar dos "vícios do sangue" negro e qualificar os escravos africanos apenas como trabalhadores braçais, no melhor estilo dos livros didáticos de História do Brasil. O segmento dos mestiços, por outro lado, é descrito pelo termo "instável" (como, aliás, é comum a outros autores do período). Trata-se, fundamentalmente, da crença de que os mestiços não formam uma verdadeira raça, ou não constituem uma raça fixa — e, conforme o tipo de cruzamento, os indivíduos podem voltar ao tipo branco ou ao tipo negro.

Mas é através do uso de estereótipos, principalmente de natureza moral, que as classificações e hierarquias são realizadas, presumindo que qualidades e vícios de cada raça considerada inferior (inclusive os mestiços) são biologicamente determinados. Assim, para o discurso racista não basta estabelecer os ditames da inferioridade através de traços fenotípicos; ele é mais eficaz quando uma característica do fenótipo pode pressupor determinados comportamentos que desqualificam socialmente. O raciocínio é circular, envolvendo o estereótipo e sua causa presumível — a inferioridade racial — sobretudo quando se procura desqualificar os trânsfugas, os mestiços que podem "passar por brancos". À falta de outros indícios, lábios um pouco mais espessos ou um olhar langoroso podem, por exemplo, revelar um mestiço de instintos voluptuosos, e vice-versa, conforme Lacerda (1911: 14).

A classificação de brancos, negros e índios parece não constituir problema: a opinião da "ciência das raças" na sua versão brasileira e as concepções populares parecem coincidir tanto nas hierarquias como nos estereótipos. Em quase todas, o negro está situado no extremo inferior quando os critérios acionados estão referidos a traços fenotípicos e comportamento. Quando entram em cena aspectos da cultura, os negros são considerados mais "adiantados" ou mais próximos da "civilização" — invertendo sua posição na hierarquia racial. A hierarquização, de qualquer modo, pressupõe desigualdade de natureza biológica e os mestiços são nela localizados conforme seu fenótipo se aproxima dos brancos (no extremo superior) e dos índios ou negros (no extremo inferior). Na situação intermediária, os mesti-

ços são o alvo principal dos estereótipos — combinando "qualidades" atribuídas aos brancos e "defeitos" atribuídos às raças consideradas inferiores. Entre os autores que teorizaram sobre a questão racial não existe muita preocupação em caracterizar negros e índios, mas de acentuar nos diversos mestiços os atributos das "raças matrizes" e as "tendências à regressão" (conforme termos de Euclides da Cunha 1979: 77).

Alguns exemplos são significativos.

Discutindo a responsabilidade penal ou descrevendo as culturas negras da Bahia, Nina Rodrigues fala na "impulsividade primitiva" das raças que julga inferiores em geral e impossíveis de civilizar. Rotula os índios simplesmente como selvagens, não afeitos ao trabalho e próximos à extinção, e se detém mais no arrolamento do caráter e da "evolução mental" dos negros e mestiços, fazendo longas citações de autores brasileiros, como Silvio Romero, e europeus, como Spencer e Tarde. Para ele, os negros têm reduzido desenvolvimento mental, espírito de sujeição, incapacidade de progredir, são brutais, atrasados, desequilibrados fora do seu meio, têm impulso sexual acentuado e violento, nenhuma aptidão para a civilização, mas são bons trabalhadores braçais etc. Os mestiços, de um modo geral, considera-os inteligentes, mas associa essa inteligência à inércia, indolência, apatia, desânimo, fraqueza, subserviência, degradação física e moral, imprevidência, impulsividade e outros tantos atributos um tanto contraditórios e associados ao "vício degenerativo do cruzamento entre raças desiguais" — a evolução mental e a ordem moral dos "inferiores" vistas como incompatíveis com a raça "superior" branca. A explicação para a aparente contradição destes atributos vem do darwinismo social, especialmente de Spencer: a fraqueza física é explicada pela "cerebração insuficiente", que pode ser transmitida aos descendentes mestiços pelas raças "selvagens" (supondo nestas um menor desenvolvimento do cérebro); e na luta pela existência intelectual nas civilizações estes mestiços precisam aproveitar toda a força cerebral para desenvolver a inteligência e, por isso, são fracos, abastardados etc. Divide os mestiços por graus de inteligência em três grupos — os "superiores", de "combinação mental feliz", são equilibrados; os "comuns", com algum desequilíbrio mental (mas são superiores aos negros); e os degenerados (Nina Rodrigues 1938).

Os termos que Euclides da Cunha (1979) utiliza para descrever os mestiços são semelhantes, sejam eles mulatos, mamelucos ou cafuzos: desequilibrados, sem energia física dos descendentes selvagens, sem a altitu-

de intelectual dos ancestrais superiores, espíritos fulgurantes às vezes, porém feridos pelas fatalidades das leis biológicas; com moralidade rudimentar que anula qualquer capacidade de grandes realizações, frágeis, irrequietos, e assim por diante. Os argumentos de Lacerda (1911) também vão na mesma direção, com maior ênfase do que os demais nas características fenotípicas (dada, possivelmente, a sua condição de antropólogo). Segundo ele, os "vícios inoculados pelos negros" são a baixa sensualidade, o fetichismo, a superstição, a falta de honra e dignidade, etc.; as qualidades se reduzem à robustez física e força muscular. Para os mestiços a lista é bem mais longa e versátil: inteligentes, com imaginação viva, capacidade para a política, tendências literárias, corajosos, audaciosos, grandes oradores, porém com instintos voluptuosos, indolentes, pouco musculosos, fraqueza física, pouco resistentes à doença, moralmente não confiáveis, nem probos, nem leais, inferiores aos negros no trabalho braçal, sem aptidão para o trabalho produtivo, pendor irrefreável pela ostentação, pouco práticos, versáteis mas sem perseverança, e assim por diante. A mistura de traços físicos também serve à classificação: cabelos crespos e negros, olhos marrons ou esverdeados, alguns com prognatismo alveolar, coloração escura da mucosa bucal, cor da pele amarelada, oliva, até o branco-mate, etc. Lacerda, contudo, não diz que todos os mestiços possuem todas as qualidades e defeitos possíveis num cruzamento entre raças desiguais, e afirma que a maioria, indiscutivelmente, não pode rivalizar com os brancos; mas nenhum deles pode ser colocado no mesmo nível das "raças realmente inferiores".

Esse formato de caracterização dos diferentes elementos que compõem a população brasileira se repete em outros autores, de modo mais ou menos sofisticado; implica ora na pressuposição de inferioridade racial, ora de inferioridade social dos negros, índios e seus mestiços que, mesmo quando chamados de "superiores", sucumbem ao critério do atavismo, e jamais são considerados iguais aos brancos. Os mais apegados aos dogmas racistas podem abusar de uma construção biológica das desigualdades raciais, caso de Oliveira Vianna (1938), que imaginou os primeiros colonizadores portugueses que formaram a classe dos grandes proprietários como representantes arianos da Península Ibérica, louros e dolicocéfalos, conquistadores formidáveis, rijos de corpo e alma, audazes, ativos e enérgicos, bem de acordo com o mito criado por Lapouge, Gobineau, Le Play e Chamberlain. À inventada dolicocefalia dos bandeirantes paulistas, condição da sua superioridade ariana, Oliveira Vianna contrapõe a ferocidade dos íncolas, avessos

ao trabalho agrícola, e reserva o maior número de referências comportamentais negativas aos mestiços, especialmente aos mamelucos, que chama de desumanos, ferozes, traiçoeiros, sub-reptícios, coleantes, friamente perversos, falsos etc. Segundo este autor, mamelucos, cafusos, cabras, mulatos, curibocas, caboclos — portanto, os mestiços em geral — formaram a "ralé pululante", o "caos étnico" do Brasil colonial. Sua representação sobre os negros não destoa das demais — eles podem ter "delicadeza de traços e relativa beleza" (e seu cruzamento com brancos resulta em mestiços "mais bem aquinhoados antropologicamente") como ter "fisionomia repulsiva e facies trogloditesco" ou "cataduras simiescas": *instrumentos* do trabalho agrícola, só servem para os serviços "rudes", que requerem pouca inteligência (Oliveira Vianna 1938: 166-170).

A distinção física entre os vários grupos étnicos negros trazidos para o Brasil é comum a muitos autores brasileiros, mesmo aqueles que criticaram as ideologias racistas. Também nestes casos, aqueles que exibem traços caucasóides são objeto de elogios e a eles são atribuídos maior inteligência e nível cultural mais avançado. Assim, em trabalho apresentado ao 1º Congresso Afro-brasileiro do Recife, Carvalho (1937: 22) afirmou:

> a preta baiana, dos turbantes e chales berrantes, tem boa origem. D'ahi a exquisitice de encontrarmos mesmo entre nós, pretas de traços corretos: nariz aquilino, boca mediana, e um conjunto de linhas graciosas nas feições.

Algumas páginas depois, chama o índio de bisonho e retardatário, com pouca influência "na formação intelectual brasileira". Ou seja, o autor, para demonstrar a contribuição negra na formação brasileira, desqualifica o índio e elege como modelo ideal o preto de feição caucasóide, como se supõe sejam os sudaneses! Certamente a maioria dos brasileiros diria que não há racismo nisso, mas apenas um critério estético. Só que esta estética é branca, e presa a um ideário da civilização[14].

---

14. A estética da morenidade, tão associada à cultura brasileira, só na aparência vai contra os cânones do branqueamento: faz o elogio da mestiçagem onde um tom de pele um pouco mais escuro, de preferência associado à tropicalidade do clima, é bonito, desde que os antepassados negros sejam de origem tolerável — preferencialmente sudaneses altos e sem feições caracteristicamente negróides. No plano estético, traços negróides desqualificam seus portadores.

O uso sistemático de estereótipos e a associação entre raça e ocupação neste discurso racista, na verdade, serve para dividir e localizar os indivíduos na sociedade — já que o princípio que rege as classificações sociais é o da desigualdade biológica e cultural entre os diferentes grupos humanos refletida, em última instância, na estratificação social. Numa divisão maniqueísta da sociedade, existe um lugar para cada raça e para os mestiços (que não têm raça alguma): aos negros, o trabalho braçal (de preferência na condição de escravos, como queria Oliveira Vianna); aos brancos, o poder político e econômico, o poder "civilizatório"; aos índios, a selva e o extermínio; aos mestiços, o papel de ralé, da qual emergem os eleitos produzidos pela dosagem certa de "sangue inferior", destinados ao sucesso nas artes, literatura, oratória, e outras "qualidades" associadas à inteligência. Numa representação assim, o lugar menos óbvio é o dos mestiços, especialmente dos mulatos, e sobre eles recai a maior parte dos estereótipos, imperando os estigmas de natureza moral. As categorias raciais dos dois extremos são relativamente fáceis de determinar; já as categorias intermediárias, referidas à mestiçagem, inclusive as três misturas mais óbvias envolvendo cruzamentos de brancos com índios, índios com negros e brancos com negros (mamelucos, cafuzos e mulatos), são um tanto imponderáveis, principalmente a mistura síntese das três raças formadoras que resultou na consagrada categoria oficial dos pardos (presente nas estatísticas desde o século passado), levando ao uso de expressões como "mestiçagem embaralhada", "caos étnico", "bastardia formidável", "instabilidade somatológica", "mistura de sangues" etc. Maior ambigüidade, impossível.

Assim, parodiando Oliveira (1974), os mestiços são um obstáculo classificatório quase insuperável para os inventores de raça, mas também serviram de modo admirável para reforçar o mito da inexistência de preconceito racial arraigado no Brasil. A força deste pressuposto ideológico está refletida em estudos posteriores ao aparecimento do conceito de racismo na década de 1930. A ausência de preconceito serve como explicação para a mestiçagem, a suavidade do regime escravista brasileiro, a aceitação de elementos das culturas negras e indígenas como parte integrante da "cultura nacional", enfim, o "milagre" da democracia racial que pode anular as barreiras de cor (para usar uma expressão consagrada em muitos estudos sobre as relações raciais no Brasil), permitindo a mobilidade social ascendente, sobretudo para os mestiços mais claros. É como se o racismo só

pudesse existir em situações extremas de segregação, como nos Estados Unidos e África do Sul.

IV

Não é possível ignorar a idéia de desigualdade das raças humanas presente na ideologia do branqueamento que, embora formulada por cientistas e intelectuais dos mais diversos matizes há quase um século, tem profundas raízes populares, sendo ela própria a base da metáfora das três raças do nosso nacionalismo. Os estereótipos, as anedotas, os provérbios, ditos e quadrinhas populares (que também expressam opiniões estereotipadas) referidos a negros, índios e mestiços têm sido freqüentemente listados como manifestações folclóricas que persistem nos meios populares — verdadeiras sobrevivências, cujo significado discriminador é sistematicamente ignorado. Não são tomados como expressão de racismo. No entanto, a maioria deles exprime estigmas raciais que atingem a honra social e desqualificam seus portadores. No Brasil, apesar do discurso assimilacionista e de igualdade racial, existem hierarquias de classificação social com base na idéia de raça, utilizados como desqualificadores de indivíduos e grupos, critérios estes que vão da cor da pele e tipo de cabelo, e até detalhes que só os especialistas julgam conhecer, ao imponderável da associação entre raça e comportamento.

Na sociedade brasileira existem categorias de identidade racial — quase sempre referidas à cor da pele — absolutamente afinadas com a concepção de raça elaborada pelos teóricos do branqueamento. A maior parte delas se aproxima da concepção de identidade étnica negativa, tal como definida por Epstein (1978: 102). Segundo este autor, o significado da identidade étnica é sempre, em alto grau, o produto da interação da percepção interna e resposta externa, de forças operando no indivíduo e no grupo de dentro, e aquelas impostas sobre eles de fora. No seu pólo positivo, a identidade étnica depende mais de conceitos internos de exclusividade, no outro extremo, a identidade tem uma definição interna mínima e é essencialmente imposta de fora — uma identidade negativa, baseda na internalização da avaliação dos outros. Ao expor seu conceito de minoria, Banton (1977: 147) vai na mesma direção: nas situações intergrupais, as minorias são definidas de dois modos diferentes — por si mesmas e pela maioria; as

fronteiras grupais são duas — de inclusão e exclusão, e as crenças acerca da raça serviram freqüentemente de base para a formação de fronteiras exclusivas. Neste caso, as crenças sobre a natureza das raças pode ser vista como um elemento definidor da fronteira exclusiva e a própria fronteira como uma força de manutenção da crença.

No Brasil termos categóricos como negro, preto, crioulo, mulato, baiano e outros referidos à cor da pele (ou à raça) têm, em quase todas as situações sociais, caráter depreciativo, discriminatório, mesmo quando mascarados pela polidez implícita no uso da expressão "pessoa de cor" — que alguns estudiosos das relações raciais no Brasil julgam ser indício de uma forma "atenuada" de preconceito racial, ou até de inexistência de preconceito (caso de Pierson 1971 e Wagley 1952, por exemplo).

No entanto, os próprios estereótipos — muitos deles com caráter de estigma — e a negatividade das características não brancas do fenótipo, são evidências concretas dos critérios de raça e hereditariedade que presidem à ordenação desigual de identidades sociais. O ideal presente na concepção do caldeamento de raças à brasileira, de "mistura de sangues", só iguala por cima, isto é, pela diluição sistemática dos traços comprometedores que apontam para uma origem biologicamente desqualificadora. A concepção de "limpeza do sangue" é bastante forte no Brasil, como demonstram algumas pesquisas (ver, por exemplo, o trabalho de Neusa Santos Souza 1983) — e a pressão discriminadora e doutrinária do branqueamento leva ao discurso que associa raça e miséria — com a conseqüente idealização de um clareamento físico e social. A expressão mais acabada desta idealização é um dos ditos populares mais comuns — "dinheiro branqueia" — numa alusão à ascensão social de indivíduos portadores de estigmas raciais, que para muitos dos intérpretes da questão racial no Brasil não comprova a existência de preconceitos de raça, mas tão somente os de classe. Nada mais errôneo do que julgar um dito como este desprovido de conotações racistas, e para isto basta evocar duas das situações mais corriqueiras de discriminação com base em critérios fenotípicos, freqüentemente relatados por aqueles que no Brasil são chamados de "pessoas de cor": a associação deliberada entre raça negra e a ocupação de empregada doméstica e a distinção (generalizada) entre elevador de serviço e elevador social como forma de operar distinções de raça.

Um episódio recente exemplifica as duas situações: a agressão à filha do governador negro do Espírito Santo por parte de uma empresária branca

(e seu filho), dentro de um elevador de prédio residencial de classe média alta localizado em Vitória. De acordo com reportagem da revista *Veja* (ed. 1295, 7-7-93, p. 66), intitulada "A Cinderela Negra",

> [...] a estudante Ana Flavia Peçanha de Azeredo, negra, 19 anos, filha do governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, segurou a porta do elevador social de um edifício em Vitória enquanto se despedia de uma amiga. Em outro andar, alguém começou a esmurrar a porta do elevador. Ana Flávia decidiu então soltar a porta e, depois de conversar mais alguns instantes, chamou o outro elevador, o de serviço. Ao entrar nele, encontrou a empresária Teresina Stange, loira, olhos verdes, 40 anos, e o filho dela, Rodrigo, 18 anos. O que se seguiu foi uma cena de baixaria.
>
> Segundo contaria mais tarde Ana Flávia, Teresina foi logo perguntando quem estava prendendo o elevador. "Ninguém", respondeu a estudante. "Só demorei um pouquinho". A empresária não gostou da resposta e começou a gritar. "Você tem de aprender que quem manda no prédio são os moradores, *preto e pobre aqui não tem vez*", avisou. "A senhora me respeite", retrucou a filha do governador. Teresina gritou novamente "*Cale a boca. Você não passa de uma empregadinha*". Ao chegar ao saguão, o rapaz também entrou na briga. "Se você falar mais alguma coisa, meto a mão na sua cara", berrou. "Eu perguntei se eles me conheciam e insisti que me respeitassem", conta Ana Flávia. Rodrigo ameaçou outra vez: "Cale a boca, cale a boca. Se você continuar falando, meto a mão no meio de suas pernas". Teresina segurou o braço da moça e Rodrigo deu um soco no lado esquerdo do rosto [os grifos são meus].

Trata-se de uma situação banal, raramente denunciada, mas freqüentemente relatada como exemplo típico de discriminação *à brasileira*; ganhou algum espaço na imprensa e, possivelmente, só veio à público de forma espetacular pela notoriedade da personagem principal do drama racista[15]. Enfim, um caso paradigmático de ascenção social que desnuda o mote do branqueamento social! A reportagem acima mencionada não só deu destaque ao caso, como apontou para dois fatos óbvios do panorama racial brasileiro: a banalidade da miscigenação e a raridade da ascensão social das pessoas que estão incluídas no amplo segmento negro e mestiço da população. A agressão racista, verbal e física, a uma jovem que a maioria dos brasileiros

---

15. A reportagem mencionada relata outros casos de discriminação racial. Informa, ainda, a abertura de inquérito policial a pedido do governador do Espírito Santo, com base no artigo 5° da Constituição Federal. Apesar do espaço obtido na imprensa, o caso foi rapidamente esquecido.

não hesitaria em classificar como "mulata", filha de importante político negro, empresário bem sucedido, rico, de origem social modestíssima, contraria os dois argumentos mais recorrentes do mito da democracia racial, pois nem a miscigenação consentida e muito menos a ascensão social (e a riqueza) tem o poder de atenuar ou anular preconceitos arraigados. Na lógica perversa do "paternalismo racial", o negro rico está fora de lugar. O significado "democratizante" pretendido por boa parte da elite nacional para o amplo processo de miscigenação ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais, assim, não resiste ao pequeno espaço do elevador de serviço.

Nenhum indicador da posição de classe é capaz de suprimir o estigma da raça numa sociedade onde os lugares atribuídos aos não brancos são o elevador de serviço, a cozinha ou, de forma simbólica, a senzala (que remete ao passado escravo e, por extensão, à condição de classe dominada). A eficácia do poder econômico é apenas aparência e não consegue esconder a hipocrisia do dito popular que afirma o poder "branqueador" da riqueza. Este, como outros axiomas do branqueamento, sobretudo o da "limpeza do sangue" pelo casamento com pessoa mais clara, são símbolos de inegável conteúdo racista. Um racismo tão presente entre os brasileiros que mesmo na população negra e mestiça é possível encontrar expressões como "limpar a raça", "melhorar a raça", "não voltar à África", "clarear a família" etc., remetendo a identidades estigmatizadas, negativas (no sentido dado por Goffmann 1963 e Epstein 1978)[16]. Além disso, também são freqüentes outras formas de alusão aos estigmas raciais, que apontam para a discriminação daqueles que pretendem "passar por brancos" e são "traídos" pelo "cabelo ruim", pelo "nariz de crioulo", pela "beiçola" ou pela "canela fina"!

Por outro lado, a associação entre raça, ocupação e posição social — que remete também ao passado escravo — torna difícil ignorar o critério de origem racial (apesar das nuances possíveis do esquema classificatório fenotípico). O peso da classificação pela "aparência" no delineamento das identidades raciais no Brasil (que afeta até mesmo algumas identidades regionais)

---

16. Goffman (1963) usa o termo *estigma* para fazer referência a atributos profundamente desacreditadores na construção de identidades sociais. Os estereótipos raciais estão, de fato, muito próximos da concepção grega de estigma, palavra usada para fazer referência a signos corporais que apontavam para algo de mau ou pouco habitual, associados ao status moral de uma pessoa.

foi assinalado por Oracy Nogueira quando estabeleceu uma tipologia sobre preconceito, comparando os casos americano e brasileiro. Qualificou o preconceito brasileiro como "de marca" e o americano, "de origem", justamente para mostrar que, no Brasil, os critérios de discriminação são baseados na aparência (fenótipo), enquanto nos Estados Unidos o que pesa é a ascendência (Nogueira 1955). Apesar da popularidade deste trabalho, que influenciou muitos estudos comparativos, a idéia de origem, a concepção hereditária sobre raça, não está ausente no Brasil. Creio, mesmo, que Nogueira, ao criar a tipologia, não estava fazendo uma dicotomia rígida e, de fato, a aparência vem em primeiro lugar no Brasil.

Mas não é apenas a "marca" visível, o fenótipo, que serve ao discurso racista para separar brancos e negros, índios e mestiços. A origem, malgrado toda a polidez que cerca as relações com as "pessoas de cor" que ascendem socialmente, pode ser evocada por referências outras que não a ascendência direta; e o refrão mais corriqueiro remete quase sempre à ocupação e/ou condição social presumível dos antepassados. Assim, o uso da expressão "fulano tem um pé na cozinha" ou "na senzala" ou, ainda, "deve ser grato à Princesa Isabel" não está associado apenas ao passado escravo, mas, principalmente, à raça escravizada. O caráter eventualmente jocoso de tais referências não tira delas o caráter de signo racial.

A idéia de origem, portanto, surge de forma indireta como marca racial, tanto quanto a outra referência à hereditariedade que é dada por uma presuntiva "gota de sangue negro", mesmo quando a aparência é suficientemente branca. A mobilidade social ascendente não apaga por inteiro as marcas raciais mais óbvias, nem mesmo quando elas podem desaparecer por obra da natureza ou da tecnologia — como se vê em outras referências jocosas às pessoas que tinham "cabelo ruim", mas "por sorte ficaram carecas", ou que possuem "dinheiro suficiente para afinar o nariz" — e assim por diante. O branqueamento social certamente é afetado pelo constrangimento que as identidades raciais presumíveis e a cegueira fenotípica consensual característica das atitudes de polidez podem ter no curso das relações sociais.

O Editorial de *Ciência Hoje* (v. 15, nº 87, 1993), a propósito das manifestações de preconceito envolvendo grupos sociais em conflitos na cidade de São Paulo, onde a intolerância assume caráter racial, aponta para ocorrências de tipo racista envolvendo nordestinos e grupos neo-nazistas. Afirma o editorial que, nesses episódios, "nem mesmo os atributos de raça

podem ser invocados para a violência, porque aqueles que foram agredidos não se distinguem dos seus agressores pelos traços físicos". Conclui, então, que "estão 'inventando raça' onde ela não existe".

Essa "invenção da raça" está diretamente relacionada ao elemento primordial da idéia popular de raça — a herança de sangue, a origem, que não se encontra necessariamente impressa na aparência física, mas serve como atributo de certas identidades regionais, como a do nordestino. A categoria "nordestino" é atribuída nos estados do sul e sudeste aos migrantes provenientes dos estados do Nordeste, mas está longe de ser apenas uma identidade geográfica ou cultural. Ela tem um componente racial bastante forte; não é exclusivamente uma categoria de auto-atribuição, mas também de atribuição pelos outros (como ocorre com as categorias de identificação étnica). O componente racial é construído da mesma forma aleatória com que os "cientistas" afinados com as teses da superioridade ariana criaram suas raças no século passado: elegendo alguns traços como determinantes das diferenças. Na falta de índices cefálicos (de domínio exclusivo dos donos da ciência) ou da cor da pele (critério mais óbvio de distinção no Brasil), inventam-se outros, como a cabeça chata, o pescoço curto, a baixa estatura. Mas, se os traços fenotípicos não são suficientes, basta acrescentar outros atributos associados à inferioridade ou à incivilidade, e considerá-los como inatos, raciais, vinculando-os a uma possível origem negra: brutos, grosseiros, servis, rudes, violentos etc. Conforme mostrou Morales (1993), a fenotipia se destaca como um agudo elemento contrastivo quando aos nordestinos se impõe a mais estigmatizada das identidades regionais — *paraíba* — uma identidade negativa, genérica e pejorativa que pretende dar conta da inferioridade física, intelectual e moral dos migrantes provenientes do Nordeste. Assim, embora a maioria das pessoas a quem se atribui tal identidade se considere branca, as duas formas de identificação remetem à mestiçagem, num tipo de raciocínio racista que faz das pessoas assim definidas servos por excelência.

Existe, ainda, uma outra categoria particularizada, semelhante a *paraíba*, que remete diretamente à questão racial: *baiano*, construída sistematicamente como categoria racial e inferior, sinônimo de negro, africano, estrangeiro. Aqui, a cor da pele é, sem dúvida, o principal critério de classificação. A pesquisa de Morales, acima referida, realizada na Feira de São Cristóvão, Rio de Janeiro, mostra que os nordestinos genéricos (que se auto-identificam também como "nortistas") excluem os *baianos* como indiví-

duos de outro sangue, que não consideram iguais, enquanto assumem, no máximo, uma mestiçagem com os índios. Como se pode ver, o universo de identidades possíveis é bastante amplo e as clivagens atribuídas à natureza racial dos grupos estão também no interior do segmento discriminado sob o rótulo genérico de "nordestinos".

Se a cor da pele e o tipo de cabelo são os sinais diacríticos mais óbvios na construção de categorias de raça, exatamente por sua visibilidade, os ditos jocosos, as anedotas, os termos pejorativos, enfim, os estereótipos em geral associados à mestiçagem e a pressupostos de inferioridade biológica não são menos eficazes como elementos da discriminação, porque, evocados no âmbito das relações sociais concretas não pertencem ao domínio puro e simples do folclore e nem são meras sobrevivências culturais, como querem alguns estudiosos das relações raciais no Brasil. De forma mais ou menos enfática, são atribuídos a qualquer pessoa que possui algum sinal fenotípico associado a negros e índios, ou que tem atitudes e comportamentos que os próprios estereótipos assinalam, imputados às raças concebidas como inferiores. Uns poucos exemplos não deixam dúvidas quanto ao significado simbólico de cada atributo. Os que desqualificam os negros (e os que têm quaisquer características negróides, por atenuadas que sejam) são os mais comuns: a) referidos a estigmas do fenótipo — "o preto não penteia o cabelo, espicha", "tem cara de macaco", "branco vai à praia para bronzear, preto para quarar" etc. (este último dito, ouvido em Santa Catarina, se refere ao ato de branquear ou alvejar a roupa expondo-a ao sol); b) que evocam a posição social ou um comportamento "não civilizado": "preto, quando não suja na entrada, suja na saída", "negro não casa, se ajunta", "preto só toma banho quando chove" etc., ou as referências explícitas contidas em quadrinhas que apontam para uma inversão da hierarquia racial ou indicam ascensão social, como a que confronta um negro calçado com um branco descalço; c) que associam o negro a alguns animais ou fazem alusão à animalidade, "negro vestido de preto é um urubu de capa", "negro tem as palmas das mãos e dos pés claras porque Deus pintou ele de quatro", "nasceu para ser cachorro", "não tem nariz, mas tem focinho", "não ri, mostra os dentes" etc.

De um modo geral, tais representações populares são acompanhadas de outros atributos de inferioridade que definem o negro[17] como rude, burro, bruto, sujo, ignorante, feio, servil etc., embora raramente lhe seja atribuído o epíteto de preguiçoso ou indolente tão comum na desqualificação do caboclo e do mulato.

Os estereótipos sobre os indígenas pouco têm a ver com o fenótipo; na prática, são iguais aos imputados aos caboclos ou mamelucos: preguiçosos, bêbados, traiçoeiros, atrasados, nômades, descuidados, sem raízes etc. Finalmente, apesar das versões mais ou menos otimistas acerca da miscigenação no Brasil, que reportam ao ideal do branqueamento e à figura do mulato, é sobre este que incidem os estereótipos de cunho sexual, sintetizados no velho adágio que diz "preta para cozinhar, mulata para fornicar e branca para casar". Inteligência e ambição são, usualmente, qualidades atribuídas aos mulatos, mas vêm acompanhadas por um conjunto de características desabonadoras, também encontráveis na literatura e nos autores que inventaram a doutrina do branqueamento: falta de brio, agressividade, arrogância, boçalidade, insolência, pretensão de ser branco, inveja, atrevimento, irresponsabilidade, preguiça, falsidade e assim por diante. Certamente a figura imaginada é a do "mulato pernóstico" que não reconhece o seu lugar — pois o que suscita tanta convicção é exatamente a associação entre a cor mais clara e a possibilidade de ascenção social. Por outro lado, a glorificação ideológica da miscigenação se faz através da mulata, onde a cor de jambo ou de canela, a "cor certa" da morenidade, enfim, pode ser associada a um conjunto de características de estética branca: o produto da democracia racial, cantado em prosa e verso, é a mulata alta, esbelta, de traços finos, olhos claros. O que pode parecer uma contradição na verdade não é, pois a moderna identidade da mulata antes reforça os preconceitos na medida que se torna sinônimo de uma profissão específica, de conotação sexual forte — e seu lugar privilegiado é o dos espetáculos de rebolado para

17. Negro, preto, crioulo, escurinho, sarará, baiano etc. — o termo ou categoria de identificação não é unívoco, nem para os negros supostamente "puros", nem para os mestiços. A multiplicidade de referências à cor da pele traduzíveis em categorias de identificação é apontada em muitos estudos sobre relações raciais e nos próprios dados censitários. Na construção dos atributos da desigualdade, porém, a categorização em si mesma tem pouca relevância.

turista ver ou, ainda, denota um "produto de exportação", conforme assinalou Lélia Gonzales (1982).

Finalmente, é no anedotário sobre o negro[18] que o racismo chega a seu máximo de perversão, exatamente porque vem disfarçado como brincadeira. Os negros não são personagens exclusivos do anedotário "étnico" ou "racial"; membros de outros grupos etnicamente identificáveis também são objetos deste tipo jocoso de desqualificação. Os portugueses, por exemplo, aparecem quase sempre como "ignorantes", "idiotas"; os judeus, como usurários, apegados ao dinheiro, conspiradores (no formato clássico do discurso anti-semita), e assim por diante; mas os negros, invariavelmente, aparecem como *não humanos* ou bandidos. As anedotas, em formato proverbial, apresentam uma simbologia sem muitas sutilezas, que tanto despoja o negro da sua condição humana como o desqualifica enquanto cidadão. Seu formato mais comum é o de uma pergunta seguida de resposta óbvia, como nestes exemplos[19]:

> — Quem se parece mais com o macaco? O preto ou o branco? — O branco, porque o preto é igual.
>
> — Qual a diferença entre uma preta grávida e um carro com pneu furado? — Os dois estão esperando um macaco.
>
> — Por que preto não erra? — Porque errar é humano.
>
> — Preto parado é suspeito, correndo é ladrão, voando é urubu.
>
> — Como se define a raça negra? — Deve-se ir embaixo de uma árvore, jogar um punhado de negros para cima; quem voa é urubu, quem fica pendurado nos galhos é macaco, quem chegar ao chão é bandido.
>
> — O que significa um fusca estacionado em frente a uma agência do Banco do Estado de Santa Catarina com um preto dentro? — Nada, porque fusca não é carro, BESC não é banco e preto não é gente.
>
> — Qual a diferença entre um preto e um câncer? — O câncer evolui.

---

18. O termo categórico pode variar (ver nota 17), mas em muitos contextos tem caráter genérico, envolve uma concepção de hereditariedade, as distinções de cor perdem eficácia e os mestiços são englobados pela categoria que desqualifica mais. As categorias "preto" e "negro" das anedotas remetem à origem racial e não necessariamente à cor da pele.
19. Procedeu-se a uma seleção a partir de um conjunto de anedotas recolhidas em Santa Catarina, em vários momentos, nos últimos anos. Não são exclusivas daquele estado; de fato, podem ser ouvidas em outras partes do país. São chamadas de "piadas de preto", e têm caráter proverbial porque, direta ou indiretamente, afirmam características desabonadoras consideradas verdadeiras.

— Você sabe como salvar um preto de um naufrágio? — Não? Ótimo, um a menos.
— Por que preto gosta de ser crente? — Para poder chamar o branco de irmão.
— Quando preto anda de carro? — Quando vai preso.
— Quando preto sobe na vida? — Quando explode o barraco.
— Por que o mundo é redondo? — Para os negros não cagarem nos cantos.

O tom jocoso, de cumplicidade, permite dizer qualquer absurdo racista na forma de uma piada casual, inocente. Contar anedotas como essas provoca constrangimento, mas, ao mesmo tempo, é percebido como brincadeira — tanto no espaço do botequim como mas escolas. A reportagem de *Veja*, referida antes, transcreve o depoimento da filha mais nova do governador Azeredo, mencionando "os amigos no colégio" que fazem piadas sobre negros e depois pedem desculpas. O fato sociológico, contudo, chama-se preconceito racial. Disfarçada como brincadeira, uma piada de mau gosto pode se transformar em instrumento de discriminação, principalmente quando situa o discriminado fora da humanidade e da civilização, e não reconhece sua condição de pessoa, remetendo a estereótipos que evocam marginalidade e comportamentos anti-sociais. Por outro lado, revela os fundamentos racistas das desigualdades sociais, apontando para o lugar reservado aos negros na sociedade: cidadão de segunda, miserável, trabalhador braçal, morador da favela, eterno candidato a marginal. Objetivamente, não existe grande diferença entre os pressupostos contidos nas anedotas e aqueles que levaram eminentes cientistas e pensadores do início do século a imaginar uma sofisticada teoria de branqueamento: em ambos os casos está presente a crença na inferioridade racial dos que não são brancos. Aliás, existe uma diferença: os que se exprimem através de anedotas e estereótipos consagrados sempre podem pedir desculpas e passar o estigma como brincadeira.

V

De fato, para reforçar a posição social inferior dos negros, deforma-se o conceito de herança biológica e as diferenças de raça são utilizadas para separar as pessoas, designar seu lugar na sociedade; diferenças fenotípicas funcionam como signos de inferioridade social. Assim, as anedotas que situam o negro na posição de ladrão, marginal, analfabeto, irracional, ani-

mal etc. não são inocentes expressões de jocosidade e têm o poder de reforçar os estereótipos, os estigmas da raça, numa sociedade onde existem leis que punem o racismo como crime inafiançável e imprescritível.

No espírito popular, confundem-se os conceitos de hereditariedade e cultura, e esta confusão constitui a base de quase todos os estereótipos — a diversidade como sinônimo de desigualdade. São usados para separar as minorias raciais e ao mesmo tempo são uma justificativa para o seu lugar na sociedade. Essa associação entre raça e classe, contida nas representações populares sobre negros e mestiços, mostra que mesmo concepções errôneas acerca de fatores raciais, étnicos e culturais servem como signos na determinação do status geral de uma pessoa. Ser considerado membro de uma minoria é quase sempre critério fundamental determinante da posição de classe — que obscurece todos os outros indicadores. Mais ainda, identidades de raça e de classe se somam na determinação da identidade social e a analogia entre raça e classe implica em hierarquizações onde características associadas à origem biológica têm papel central na desqualificação social.

O racismo concebe a humanidade como uma série de grupos hierarquicamente superpostos, usando fatores de raça, classe e cultura coincidentes. Assim, mesmo num contexto onde a mestiçagem pode ser valorizada (em termos), como no Brasil, a analogia entre raça e classe é mais do que evidente. A imagem do negro que aparece nas representações racistas é a do negro pobre ou do negro escravo, submisso, quase sempre comparada com a do branco de classe mais alta. Mas tais representações falam do negro enquanto categoria geral, não do negro pobre — neste caso, a pobreza associada à sujeira, à doença, à marginalidade, emerge como signo de raça que justifica/explica a concentração de pessoas de cor mais escura nas classes mais baixas. Enfim, o negro é pobre, marginal, atrasado, analfabeto, porque é negro. Esta é a lógica perversa dos estereótipos.

Com seu conteúdo simbólico e apesar da aparente igualdade suposta pela mestiçagem consentida, a idéia de raça no Brasil atravessa todas as classes e, na prática cotidiana, dá o respaldo ideológico para atitudes discriminatórias e outras manifestações de preconceito. A existência dos mestiços não anula a polaridade da oposição com base na raça, implícita na distância hierárquica imaginada entre brancos e negros. O pressuposto fundamental do racismo é bem simples: os brancos são superiores e devem dominar o mundo. A desmistificação das teorias dos tipos raciais permanentes pela ciência do século XX, sua desqualificação pelo conceito de racismo desde

os anos trinta, não foi suficiente para acabar com os sentimentos de superioridade racial. A idéia de raça, com todas as suas ambigüidades, prevalece como fator explicativo das diferenças sociais, quase sempre numa concepção próxima à do "darwinismo social", que instruiu a ideologia do branqueamento; está arraigada no imaginário popular e se manifesta de muitas formas, seja através dos estereótipos, do anedotário, das simbologias da cor e do sangue associadas à hereditariedade ou, simplesmente, pela discriminação objetiva.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. 1976. *As Origens do Totalitarismo. Imperialismo, Expansão do Poder*. Rio de Janeiro: Documentário.

AZEVEDO, Célia M.M. de. 1987. *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BANTON, Michael. 1977. *The Idea of Race*. Londres: Tavistock.

BARKOV, Jerome H. 1978. Culture and Sociobiology. *American Anthropologist* 80 (1).

CARVALHO, Rodrigues de. 1937. "Aspectos da influência africana na formação social do Brasil". In *Novos Estudos Afro-Asiáticos* (Gilberto Freyre, org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CIÊNCIA HOJE. 1993. Editorial. *Ciência Hoje* 15 (87).

CUNHA, Euclides da. 1979. *Os Sertões*. 29 ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

EPSTEIN, Alfred L. 1978. *Ethos and Identity*. Londres: Tavistock.

FRESCO, Nadine. 1981. Aux Beaux Temps de la Craniologie. *Le Genre Humain* 1. Paris: Fayard.

GOBINEAU, Arthur de. 1853. *Essai sur l'Inegalité des Races Humaines*. Paris: Firmin Didot.

GOFFMANN, Erving. 1963. *Stigma*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

GONZALES, Lélia. 1982. "A Mulher Negra na Sociedade Brasileira". In *O Lugar da Mulher* (M. Luz, org.). Rio de Janeiro: Graal.

GOULD, Stephen J. 1981. *The Mismeasure of Man*. New York: W.W. Norton.

GUIMARAENS, Dinah. 1993. "A Questão Étnica no Acervo do Museu Nacional de Belas Artes". Trabalho de curso, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional (ms.).

JANUSCH, J. Buettner. 1966. *Origins of Man. Physical Anthropology*. New York: Willey.

LACERDA, João Batista de. 1911. *Sur les Métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge.

______. 1912. "Réplica à Crítica da Memória *Sur les Métis au Brésil*". In *O Congresso Universal das Raças, reunido em Londres (1911)*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo.

MONTAGU, M.F. Ashley. 1945. *Man's Most Dangerous Myth: The Fallacy of Race*. New York: Columbia University Press.

MORALES, Lúcia A. 1993. *A Feira de São Cristóvão: Um Estudo de Identidade Regional.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

NOGUEIRA, Oracy. 1955. "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem". In *Anais do 31º Congresso Internacional de Americanistas.* Vol. 1. São Paulo: Anhembi. pp. 409-434.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. 1974. O Mulato, um Obstáculo Epistemológico. *Argumento* 1 (3).

PIERSON, Donald. 1971. *Brancos e Pretos na Bahia.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

PREISWERK, Roy & Dominique PERROT. 1975. *Etnocentrisme et Histoire.* Paris: Anthropos.

RAMOS, Arthur. 1947. *Introdução à Antropologia Brasileira.* Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil.

RODRIGUES, R. Nina. 1938. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil.* 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

______. 1977. *Os Africanos no Brasil.* 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ROMERO, Silvio. 1906. *O Allemanismo no Sul do Brasil.* Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro.

______. 1949. *História da Literatura Brasileira.* 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

SAHLINS, Marshall D. 1977. *The Use and Abuse of Biology.* Londres: Tavistock.

SCHWARCZ, Lilia K.M. 1987. *Retrato em Branco e Negro.* São Paulo: Companhia das Letras.

______. 1992. *Homens de Sciencia e a Raça dos Homens. Cientistas, Instituições e Teorias Raciais no Brasil de Finais do Século XIX.* Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, FFLCH, USP.

SEYFERTH, Giralda. 1985. A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil. *Revista do Museu Paulista*, N.S., 30.

______. 1991. Os Paradoxos da Miscigenação. *Estudos Afro-Asiáticos* 20.

SKIDMORE, Thomas E. 1976. *Preto no Branco.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SOUZA, Neusa Santos. 1983. *Tornar-se Negro.* Rio de Janeiro: Graal.

TOPINARD, Paul. 1879. *L'Anthropologie.* 3ª edição. Paris: C. Reinwald.

VIANNA, F.J. de Oliveira. 1938. *Evolução do Povo Brasileiro.* 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WAGLEY, Charles. 1952. "Introduction". In *Race and Class in Rural Brazil* (C. Wagley, org.). Paris: UNESCO.